



uff UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Superintendência de Recursos Humanos
DDRH-Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE

CARGO: Técnico em Contabilidade

D13

Instruções ao candidato

- ✘ Além deste caderno, você deverá ter recebido o cartão destinado às respostas das questões formuladas na prova; caso não tenha recebido o cartão, peça-o ao fiscal. Em seguida, verifique se este caderno contém enunciadas sessenta questões.
- ✘ Verifique se seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no CARTÃO DE RESPOSTAS; em caso afirmativo, assine-o e leia atentamente as instruções para o seu preenchimento; caso contrário, notifique imediatamente ao fiscal.
- ✘ Cada questão proposta apresenta cinco alternativas de resposta, sendo apenas uma delas a correta. No cartão de respostas, atribuir-se-á pontuação zero a toda questão com mais de uma alternativa assinalada, ainda que dentre elas se encontre a correta.
- ✘ Não é permitido fazer uso de instrumentos auxiliares para o cálculo e o desenho, portar material que sirva de consulta, nem copiar as alternativas assinaladas no CARTÃO DE RESPOSTAS.
- ✘ O tempo disponível para esta prova, incluindo o preenchimento do cartão de respostas, é de quatro horas.
- ✘ Reserve os vinte minutos finais para preencher o cartão de respostas, caneta esferográfica de corpo transparente e de ponta média com tinta azul ou preta.
- ✘ Quando terminar, entregue ao fiscal o CADERNO DE QUESTÕES e o CARTÃO DE RESPOSTAS, que poderá ser invalidado se você não o assinar.
- ✘ O candidato que retirar-se do local de realização desta prova após três horas do início da mesma poderá levar seu Caderno de Questões.



Após o aviso para início das provas, você deverá permanecer no local de realização das mesmas por, no mínimo, noventa minutos.

Parte I: Língua Portuguesa

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

O BRASIL PRECISA INCLUIR SUAS MULHERES

1 A participação política feminina encontra-se estagnada no Brasil, raramente ultrapassando 10% das cadeiras disponíveis no Congresso Nacional. Além disso, os postos de direção das Casas quase nunca são exercidos por deputadas e senadoras: do total de vinte comissões permanentes existentes na Câmara dos Deputados e onze no Senado Federal, apenas quatro são presididas por mulheres (12% do total).

2 Outros dados negativos ligados à participação feminina são a inexistência de mulheres líderes de bancadas partidárias na legislatura atual e de presidentas ao longo de toda a história das duas principais casas legislativas. As mulheres também têm atuação limitada à discussão de projetos ligados ao movimento feminista e, para conseguirem atenção, são obrigadas a “masculinizar” suas imagens, adotando discursos agressivos, típicos de quem precisa lutar muito para ocupar um espaço.

3 É claro que há exceções. Nos últimos anos, algumas políticas conseguiram destaque na cena nacional. O Pará, o Rio Grande do Sul e o Rio Grande do Norte são governados por mulheres. Na última eleição presidencial, a ex-senadora Heloísa Helena obteve a terceira colocação, com 6% dos votos válidos. No Senado, a catarinense Ideli Salvatti é a atual líder do governo. Pensando adiante, há grandes chances de termos uma candidata à Presidência da República, com possibilidades de vitória.

4 A ausência de mulheres torna o sistema político brasileiro míope. Simplesmente não conseguimos processar as demandas específicas da maior parte da população. Por exemplo. Há possibilidade de tomar-se alguma decisão sobre o direito ao aborto sem ouvir a principal interessada, a mulher?

5 A atrofia da representação feminina se deve à estrutura de preconceitos existente na sociedade brasileira. Há poucas mulheres na política pela mesma razão que explica os salários mais baixos do que os recebidos pelos homens para o exercício das mesmas funções, os altos índices de violência doméstica, sexual, etc. Portanto, a presença feminina deve aumentar na medida em que os brasileiros mudarem a forma como tratam suas mulheres.

6 Entretanto, uma mudança cultural pode ser lenta demais, e as mulheres não podem esperar tanto. É possível utilizar a política para acelerar a aquisição de direitos e o fim do déficit de reconhecimento que as atingem. Uma sugestão

válida é aprovar políticas afirmativas para promover novas parlamentares às casas legislativas. Ao invés de termos cotas de candidatas, por que não criarmos cotas de cadeiras no Parlamento? O Congresso Nacional pode aprovar uma lei reservando no mínimo 30, 40 ou 50% das vagas para serem ocupadas obrigatoriamente por mulheres.

7 O principal argumento contra a adoção de cotas para mulheres no Parlamento afirma que elegeríamos vereadoras, deputadas e senadoras despreparadas para a função, dado que só chegariam lá por conta da nova lei. No entanto, o aporte de novas protagonistas permitiria o “peneiramento” de novas líderes. Aquelas que não estivessem à altura da missão seriam excluídas na próxima eleição. É a democracia em ação!

8 Os benefícios de uma política dessa natureza seriam enormes. A começar pelo seu efeito educativo. Ao assistir mulheres tomando decisões, participando de debates e dando entrevistas para os principais jornais, milhões de meninas entenderiam que o mundo da política também pertence a elas. Daí resultaria um enorme ciclo virtuoso, com o aumento da representatividade, da competição e da qualidade no Brasil.

9 Nosso país se tornará grande apenas quando conseguir delimitar e enfrentar seus problemas. Isso inclui corrigir injustiças e ter coragem para inovar, para mudar. Esta é uma ótima oportunidade para mostrar ao mundo o novo Brasil que todos desejamos ver nascer, respeitoso e justo, independente do sexo. E, tratando-se de nascimento, ninguém melhor do que as mulheres para nos ensinar como é que se faz.

(BARRETO, Leonardo. *Jornal do Brasil*, 17/03/09, p. A6. Com adaptações.)

01 Pela leitura integral e atenta do texto, considerando-se os argumentos e contra-argumentos presentes, pode-se afirmar que o objetivo do autor do texto foi:

- (A) demonstrar que o raquitismo da participação política do contingente feminino no Brasil decorre de preconceitos históricos contra a mulher, dos quais a sociedade só vai se libertar quando tiver coragem para mudar e corrigir as injustiças;
- (B) estimular as mulheres a lutar por seus direitos políticos, buscando uma participação mais efetiva no Parlamento, para poderem decidir sobre assuntos de seu interesse, como o aborto;
- (C) mostrar que a maior participação feminina na atividade política no Brasil depende fundamentalmente do esforço das mulheres, pois exemplos é que não faltam, haja vista as governadoras, deputadas e senadoras que exercem mandato político;

- (D) convencer a sociedade brasileira, principalmente o contingente masculino, de que a participação mais efetiva e numerosa das mulheres na política é essencial para a democracia, pois o fato de as mulheres não poderem ser eleitas torna o sistema político míope;
- (E) sugerir ao Parlamento a aprovação de uma lei que estabeleça cotas de vagas para as mulheres no Senado, a fim de que elas possam efetivamente gozar de um espaço político mais amplo, aperfeiçoando o sistema atual.

02 Considerando-se as relações de sentido existentes entre os parágrafos do texto, pode-se afirmar que está INCORRETA a afirmação contida em:

- (A) no 2º parágrafo, acrescentam-se dados que ratificam ponto de vista apresentado e desenvolvido no 1º parágrafo;
- (B) no 3º parágrafo, apresentam-se informações que contrariam, por exceção, ponto de vista desenvolvido nos parágrafos anteriores;
- (C) no 5º parágrafo, é desenvolvido argumento que comprova a tese apresentada no 4º parágrafo;
- (D) no 6º parágrafo, ocorre uma contradição argumentativa, pela incoerência de se iniciar o parágrafo com o conector “entretanto”;
- (E) no 7º parágrafo, tem-se um argumento contrário ao ponto de vista apresentado no 6º parágrafo, contraditado por outro que confirma o ponto de vista dominante no texto.

03 O período “Nosso país se tornará grande apenas quando conseguir delimitar e enfrentar seus problemas” (9º parágrafo) foi reescrito abaixo de cinco formas distintas, alterando-se a posição do termo “apenas”. Das cinco alterações, foi mantido o sentido original do texto em:

- (A) Apenas nosso país se tornará grande quando conseguir delimitar e enfrentar seus problemas.
- (B) Nosso país apenas se tornará grande quando conseguir delimitar e enfrentar seus problemas.
- (C) Nosso país se tornará apenas grande quando conseguir delimitar e enfrentar seus problemas.
- (D) Nosso país se tornará grande quando apenas conseguir delimitar e enfrentar seus problemas.
- (E) Nosso país se tornará grande quando conseguir apenas delimitar e enfrentar seus problemas.

04 Das modificações feitas abaixo na redação da última oração do período “O principal argumento contra a adoção de cotas para mulheres no Parlamento afirma que elegeríamos vereadoras, deputadas e senadoras despreparadas para a função, dado que só chegariam lá por conta da nova lei” (7º parágrafo), aquela em que houve alteração substancial do sentido original é:

- (A) pelo fato de que só chegariam lá por conta da nova lei.
- (B) porquanto só chegariam lá por conta da nova lei.
- (C) visto que só chegariam lá por conta da nova lei.
- (D) uma vez que só chegariam lá por conta da nova lei.
- (E) a despeito de que só chegariam lá por conta da nova lei.

05 Leia com atenção o fragmento: “A ausência de mulheres torna o sistema político brasileiro míope. Simplesmente não conseguimos processar as demandas específicas da maior parte da população.” (4º parágrafo). Reescrevendo-se os dois períodos em um único período, com a utilização do conectivo adequado, pode-se afirmar que a redação que mantém o sentido original do texto é:

- (A) A ausência de mulheres torna o sistema político brasileiro míope; não obstante isso simplesmente não conseguimos processar as demandas específicas da maior parte da população.
- (B) A ausência de mulheres torna o sistema político brasileiro míope; em decorrência disso simplesmente não conseguimos processar as demandas específicas da maior parte da população.
- (C) A ausência de mulheres torna o sistema político brasileiro míope; em conformidade com isso simplesmente não conseguimos processar as demandas específicas da maior parte da população.
- (D) A ausência de mulheres torna o sistema político brasileiro míope; apesar disso simplesmente não conseguimos processar as demandas específicas da maior parte da população.
- (E) A ausência de mulheres torna o sistema político brasileiro míope; na hipótese disso simplesmente não conseguimos processar as demandas específicas da maior parte da população.

06 Leia com atenção os dois fragmentos a seguir, analisando o significado de cada uma das palavras em destaque: “A participação política feminina encontra-se ESTAGNADA no Brasil” (1º parágrafo) / “adotando discursos agressivos, TÍPICOS de quem precisa lutar muito para ocupar um espaço” (2º parágrafo). Podem substituir as palavras em destaque nos fragmentos acima, sem prejuízo do sentido, respectivamente, as palavras do seguinte par:

- (A) estancada / próprios;
- (B) progredida / peculiares;
- (C) detida / insólitos;
- (D) jorrada / específicos;
- (E) cristalizada / emblemáticos.

07 Nos itens abaixo, foram transcritos trechos do texto e neles estão em destaque termos responsáveis pelas relações de coesão textual. Está INCORRETA a interpretação dada ao sentido do termo destacado em:

- (A) “ALÉM DISSO, os postos de direção das Casas quase nunca são exercidos por deputadas e senadoras” (1º parágrafo) / **adição**;
- (B) “PORTANTO, a presença feminina deve aumentar na medida em que os brasileiros mudarem a forma como tratam suas mulheres” (5º parágrafo) / **conclusão**;
- (C) “ENTRETANTO, uma mudança cultural pode ser lenta demais, e as mulheres não podem esperar tanto” (6º parágrafo) / **oposição**;
- (D) “AO INVÉS DE termos cotas de candidatas, por que não criarmos cotas de cadeiras no Parlamento?” (6º parágrafo) / **alternância**;
- (E) “NO ENTANTO, o aporte de novas protagonistas permitiria o “peneiramento” de novas líderes” (7º parágrafo) / **contraste**.

08 No trecho “típicos de quem precisa lutar muito para ocupar um espaço” (2º parágrafo), pode-se depreender um pensamento em cuja construção há uma relação de sentido que pode ser definida como de:

- (A) causa e consequência;
- (B) hipótese e condição;
- (C) concessão e restrição;
- (D) conclusão e explicação;
- (E) meio e fim.

09 Nos trechos abaixo, transcritos do texto, foram destacados pronomes possessivos e indicados os respectivos termos que eles substituem no texto. A indicação que NÃO corresponde ao termo substituído é:

- (A) “O Brasil precisa incluir SUAS mulheres” (título) / Brasil;

- (B) “são obrigadas a ‘masculinizar’ SUAS imagens” (2º parágrafo) / movimento feminista;
- (C) “a presença feminina deve aumentar na medida em que os brasileiros mudarem a forma como tratam SUAS mulheres” (5º parágrafo) / brasileiros;
- (D) “A começar pelo SEU efeito educativo” (8º parágrafo) / política dessa natureza;
- (E) “Nosso país se tornará grande apenas quando conseguir delimitar e enfrentar SEUS problemas” (9º parágrafo) / nosso país.

10 Considere o significado e o valor gramatical dos sufixos formadores das palavras NASCIMENTO e REPRESENTATIVIDADE. Dos itens abaixo, aquele em que as palavras são formadas, respectivamente, por sufixos sinônimos dos sufixos das palavras acima é:

- (A) legislatura / vadiagem;
- (B) passeata / amplidão;
- (C) partidário / jornalista;
- (D) beleza / viuvez;
- (E) vidraça / virtuoso.

11 Nos itens abaixo, foram transcritos do texto trechos com orações expressas na voz passiva e, ao lado, foi dada a forma correspondente na voz ativa. Em um dos itens, entretanto, ambas as orações estão expressas na voz passiva. Tal fato ocorre em:

- (A) “Além disso, os postos de direção das Casas quase nunca são exercidos por deputadas e senadoras” (1º parágrafo) / Além disso, deputadas e senadoras quase nunca exercem os postos de direção das Casas.
- (B) “do total de vinte comissões permanentes existentes na Câmara dos Deputados e onze no Senado Federal, apenas quatro são presididas por mulheres” (1º parágrafo) / do total de vinte comissões permanentes existentes na Câmara dos Deputados e onze no Senado Federal, mulheres presidem apenas quatro.
- (C) “O Pará, o Rio Grande do Sul e o Rio Grande do Norte são governados por mulheres” (3º parágrafo) / Mulheres governam o Pará, o Rio Grande do Sul e o Rio Grande do Norte.
- (D) “Há possibilidade de tomar-se alguma decisão sobre o direito ao aborto sem ouvir a principal interessada, a mulher?” (4º parágrafo) / Há possibilidade de que seja tomada alguma decisão sobre o direito ao aborto sem ouvir a principal interessada, a mulher?
- (E) “os salários mais baixos do que os recebidos pelos homens para o exercício das mesmas funções” (5º parágrafo) / os salários mais baixos do que os salários que os homens recebem para o exercício das mesmas funções.

12 Na frase “Ao invés de termos cotas de candidatas, POR QUE não criarmos cotas de cadeiras no Parlamento?” (6º parágrafo), o termo em destaque foi escrito corretamente com os elementos separados. Sabendo-se que esse termo pode ser escrito com os elementos juntos ou com os elementos separados, pode-se afirmar que está INCORRETA a frase:

- (A) A candidata desistiu de concorrer ao cargo de deputada porque se sentiu traída pelo partido.
- (B) Não se conhecia a razão por que a candidata desistiu de concorrer ao cargo de deputada.
- (C) Ainda não se sabia porque a candidata desistiu de concorrer ao cargo de deputada.
- (D) A candidata desistiu de concorrer ao cargo de deputada por quê?
- (E) A candidata só desistiu de concorrer ao cargo de deputada porque lhe faltou apoio do partido.

13 Se a palavra EXCEÇÕES é grafada com Ç e a palavra DISCUSSÃO com SS, também se grafam com a mesma letra e dígrafo, por se enquadrarem nas mesmas normas ortográficas, respectivamente, as palavras:

- (A) impre__ão / preten__ão;
- (B) admi__ão / absor__ão;
- (C) ere__ão / deten__ão;
- (D) cassa__ão / dissen__ão;
- (E) assun__ão / permi__ão.

14 Das alterações feitas na frase “É claro que há exceções” (3º parágrafo), está INCORRETA, do ponto de vista da norma culta, a seguinte:

- (A) É claro que pode haver exceções.
- (B) É claro que existem exceções.
- (C) É claro que hão de haver exceções.
- (D) É claro que podem existir exceções.
- (E) É claro que deve haver exceções.

15 Abaixo estão quatro fragmentos transcritos do texto e neles estão destacados verbos empregados na forma nominal de infinitivo.

- I “As mulheres também têm atuação limitada à discussão de projetos ligados ao movimento feminista e, para CONSEGUIREM atenção, são obrigadas a “masculinizar” suas imagens” (2º parágrafo).
- II “Portanto, a presença feminina deve aumentar na medida em que os brasileiros MUDAREM a forma como tratam suas mulheres” (5º parágrafo).
- III “Ao ASSISTIR mulheres tomando decisões, participando de debates e dando entrevistas para os principais jornais, milhões de meninas

entenderiam que o mundo da política também pertence a elas” (8º parágrafo).

IV “E, tratando-se de nascimento, ninguém melhor do que as mulheres para nos ENSINAR como é que se faz” (9º parágrafo).

Têm concordância facultativa, podendo ser usado no singular se está no plural, ou no plural se está no singular, os infinitivos dos fragmentos:

- (A) I e II;
- (B) II e IV;
- (C) I, II e IV;
- (D) I, III e IV;
- (E) II, e III.

16 Das alterações feitas na redação da frase “As mulheres também têm atuação limitada à discussão de projetos ligados ao movimento feminista” (2º parágrafo), está gramaticalmente INCORRETA, em razão do emprego indevido do acento da crase, a seguinte:

- (A) As mulheres também têm atuação limitada à essa proposta ligada ao movimento feminista.
- (B) As mulheres também têm atuação limitada à sua participação no movimento feminista.
- (C) As mulheres também têm atuação limitada às poucas formulações do movimento feminista.
- (D) As mulheres também têm atuação limitada à nova formulação das políticas públicas voltadas ao movimento feminista.
- (E) As mulheres também têm atuação limitada às questões ligadas ao movimento feminista.

17 O trecho “milhões de meninas entenderiam que o mundo da política também pertence a elas” (8º parágrafo), de acordo com as normas da língua culta, poderia também ser redigido da seguinte forma: “milhões de meninas entenderiam que o mundo da política também lhes pertence”. Dos pares de frases em correspondência abaixo, aquele em que a segunda frase está INCORRETA, por não admitir o emprego do pronome LHE, é:

- (A) O mundo da política não agradou às meninas. / O mundo da política não lhes agradou.
- (B) O político não pagou às moças o trabalho realizado. / O político não lhes pagou o trabalho realizado.
- (C) As meninas não aspiravam ao mundo da política. / As meninas não lhe aspiravam.
- (D) Poucos políticos, percorrendo as periferias, assistiam aos necessitados. / Poucos políticos, percorrendo as periferias, lhes assistiam.
- (E) As meninas chamavam ao político de cidadão especial. / As meninas chamavam-lhe de cidadão especial.

18 Abaixo foram feitas alterações na redação da oração adjetiva no final do período “É possível utilizar a política para acelerar a aquisição de direitos e o fim do deficit de reconhecimento que as atinge” (6º parágrafo). Das alterações feitas, está INCORRETA quanto ao emprego do pronome relativo, de acordo com as normas da língua culta, a seguinte:

- (A) com que elas convivem.
- (B) de que elas se envergonham.
- (C) cuja existência está encoberta pelo preconceito.
- (D) contra o qual elas tanto lutam.
- (E) onde se reduz o papel da mulher na sociedade.

19 Na frase “Na última eleição presidencial, a ex-senadora Heloísa Helena OBTEVE a terceira colocação” (3º parágrafo), o verbo em destaque, derivado de TER, está corretamente flexionado. Das frases abaixo, construídas com verbos derivados de TER, está INCORRETA quanto à flexão verbal, de acordo com as normas da língua culta, a seguinte:

- (A) Entretém-te com tuas obrigações políticas para te sentires útil.
- (B) As feministas contiveram-se nos ataques para evitar problemas.
- (C) Se o candidato se deter em minúcias, o projeto não será aprovado.
- (D) Se os políticos se ativessem a suas obrigações, o Parlamento funcionaria a pleno vapor.
- (E) Os novos eleitos mantêm uma postura digna diante da denúncia.

20 Para o correto preenchimento das lacunas da frase “Aqueles que não ____ à altura da missão ____ excluídas na próxima eleição” (7º parágrafo), podem ser usados todos os pares de formas verbais abaixo, EXCETO o par:

- (A) puderem estar / continuariam a ser;
- (B) pudessem estar / poderiam ser;
- (C) estão / podem ser;
- (D) estejam / serão;
- (E) estavam / deveriam ser.

Parte II: Conhecimentos Específicos

21 A contabilidade conceitua o agregado de valores que estão disponíveis pela empresa em determinado momento com a seguinte terminologia:

- (A) Capital Total à Disposição da Empresa;
- (B) Capital Nominal;
- (C) Capital de Abertura;
- (D) Capital Próprio;
- (E) Capital de Terceiros Investido.

22 O registro das operações contabilizáveis de uma entidade, em ordem cronológica e com a observância de certas regras, constitui aquilo que se denomina por:

- (A) Razão;
- (B) Diário;
- (C) Partidas de Diário;
- (D) Livro caixa;
- (E) LALUR.

23 O cálculo do Resultado das Mercadorias Vendidas (CMV) obtido por meio de um levantamento físico para avaliação do Estoque de Mercadorias existente naquela data, a ser confrontado com o total do estoque apurado na última avaliação, caracteriza o sistema de apuração de CMV denominado:

- (A) preço específico;
- (B) inventário periódico;
- (C) inventário geral;
- (D) média ponderada móvel;
- (E) inventário permanente.

24 A Demonstração Contábil que se constitui num relatório sucinto das operações realizadas pela empresa durante determinado período de tempo, no qual sobressai o lucro ou o prejuízo do período, é denominada Demonstração:

- (A) das Origens e Aplicações de Recursos;
- (B) das Mutações do Patrimônio Líquido;
- (C) do Fluxo de Caixa;
- (D) do Resultado do Exercício;
- (E) das Variações Patrimoniais Ativas.

25 As contas que funcionam como elementos subtrativos do ativo, cuja característica básica consiste no fato de terem seus valores estimados, denominam-se:

- (A) Reservas;
- (B) Contas de Previsão;
- (C) Contas de Compensação;
- (D) Contas de Conciliação;
- (E) Provisões.

26 O montante em expressão monetária constituído pela vontade das assembléias de acionistas, com fins específicos ou não, denomina-se reserva:

- (A) estatuinte;
- (B) legal;
- (C) livre;
- (D) contratual;
- (E) institucional.

27 O fato de a contabilidade reconhecer a separação entre a pessoa do proprietário de uma empresa e esta enquanto personalidade jurídica distinta daquele constitui o princípio contábil do(da):

- (A) Realização;
- (B) Entidade;
- (C) Continuação;
- (D) Custo como base de valor;
- (E) Conservantismo.

28 A convenção contábil que tem a orientação de que seja escolhido o valor mais baixo, por motivo de precaução, sempre que o contador se defrontar com alternativas igualmente válidas para atribuir valores diferentes a um elemento do ativo é uma das mais importantes para a atuação do profissional de contabilidade. Trata-se da Convenção do(a):

- (A) Conservadorismo;
- (B) Denominador Comum Monetário;
- (C) Consistência;
- (D) Precaução;
- (E) Efetividade.

29 A regra contábil que tem como fundamento evitar desperdício de tempo e de dinheiro, preconizando que sejam registrados na Contabilidade apenas os eventos dignos de atenção e na ocasião oportuna, denomina-se Convenção da:

- (A) Objetividade;
- (B) Continuidade;
- (C) Praticabilidade;
- (D) Economicidade;
- (E) Materialidade.

30 Quando a Necessidade de Capital de Giro for positiva, pode-se inferir que ela representa uma:

- (A) despesa de curto prazo;
- (B) receita diferida;
- (C) fonte de recursos;
- (D) aplicação de recursos;
- (E) despesa com o circulante.

31 Na Contabilidade Gerencial, o montante obtido a partir da diferença entre o ativo cíclico e o passivo operacional denomina-se:

- (A) ativo circulante cíclico;
- (B) capital circulante operacional;
- (C) passivo errático;
- (D) necessidade de capital de giro;
- (E) passivo cíclico.

32 Na Contabilidade Gerencial, o período caracterizado pelo prazo decorrido entre as saídas de caixa (pagamentos a fornecedores de insumos) e as entradas de caixa (recebimento de clientes) é denominado:

- (A) ciclo financeiro;
- (B) prazo de estoques;
- (C) prazo concedido a clientes;
- (D) ciclo de matérias-primas;
- (E) ciclo econômico.

33 Na Contabilidade Gerencial, a dimensão de tempo decorrida a partir da dedução do prazo de pagamento das matérias-primas do período denominado ciclo operacional é o:

- (A) prazo de conversão de saldos;
- (B) ciclo de conversão de caixa;
- (C) prazo de recebimento de vendas;
- (D) ciclo de conversão de vendas;
- (E) prazo de recebimento de caixa.

34 A Lei nº 11.638 contemplou a substituição da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC). A DFC evidencia as alterações ocorridas no saldo de caixa, durante o exercício, segregando essas alterações em, no mínimo, três fluxos, que são:

- (A) das vendas, das provisões e das perdas;
- (B) das transações, dos ativos e das receitas;
- (C) dos custos, das vendas e dos ajustes;
- (D) dos ativos, dos passivos e dos resultados;
- (E) das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

35 Existem duas metodologias para a apuração do DFC. Aquela que é mais simples e requer menor trabalho de elaboração denomina-se:

- (A) método direto;
- (B) apuração indireta;
- (C) método indireto;
- (D) apuração direta;
- (E) reconciliação.

36 Na Lei nº 11.638, verifica-se um tipo de informação contábil que evidencia o valor da riqueza gerada pela companhia, bem como a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza. A referência é:

- (A) à apuração do resultado final;
- (B) ao rateio de receitas por fontes;
- (C) ao demonstrativo de geração;
- (D) à demonstração do valor adicionado;
- (E) à discriminação de fontes.

37 A Lei nº 11.638 estabeleceu um grupo de contas que deve ser classificado no ativo permanente, cuja finalidade é contemplar direitos que tenham como objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia, inclusive o fundo de comércio adquirido. Trata-se do ativo permanente:

- (A) indeterminado;
- (B) contingente;
- (C) etéreo;
- (D) incorpóreo;
- (E) intangível.

38 A Lei nº 11.638 estabeleceu que as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos, classificados no circulante ou no realizável a longo prazo, devem ser avaliadas pelo seu valor:

- (A) de custo de aquisição;
- (B) de mercado;
- (C) de emissão;
- (D) legal;
- (E) contratual.

39 O princípio da Administração Pública que tem como principal característica o fato de que o ente em nome do qual o administrador age é o Estado denomina-se princípio da:

- (A) impessoalidade;
- (B) moralidade;
- (C) entidade;
- (D) legalidade;
- (E) exclusividade.

40 Nos Orçamentos Públicos das esferas de governo no Brasil, o princípio orçamentário que obriga que a estimativa de receita e a fixação da despesa limitem-se a período definido no tempo, chamado exercício financeiro, denomina-se:

- (A) exclusividade;
- (B) especificação;
- (C) anualidade;
- (D) temporalidade;
- (E) não afetação de receitas.

41 A contabilidade pública adota um Plano de Contas que classifica a despesa pública de acordo com a sua natureza, valendo-se de uma estrutura com seis algarismos para essa classificação. A categoria Transferências a Municípios refere-se:

- (A) ao elemento de despesa;
- (B) à modalidade de aplicação;
- (C) ao grupo de despesa;
- (D) à categoria econômica;
- (E) ao item de despesa.

42 A fonte de direito positivo que estabelece a obrigatoriedade de inclusão na Lei Orçamentária de destaque do serviço da dívida (encargos mais amortizações), previsto contratualmente, e as receitas para esse fim é a:

- (A) Constituição Federal de 1988;
- (B) Lei nº 4.320/64;
- (C) Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- (D) Lei Complementar nº 101/00;
- (E) Lei de Regularidade Fiscal.

43 O instrumento informacional da contabilidade pública que demonstra a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos financeiros provenientes do exercício anterior, denomina-se:

- (A) Balancete Financeiro-Orçamentário;
- (B) Balanço Orçamentário;
- (C) Balanço Financeiro;
- (D) Balanço Patrimonial;
- (E) Demonstração do Resultado Orçamentário.

44 A prestação de contas do Presidente da República, visando a demonstrar os resultados dos programas de governo, acrescidos dos balanços exigidos pela Lei nº 4.320/64, e que deve ser apresentada ao Congresso Nacional após analisada pelo TCU, é realizada por meio de um instrumento denominado:

- (A) Demonstrativo de Resultado da União;
- (B) Resultados Financeiros;
- (C) Resultado Geral da União;
- (D) Resultados Orçamentários;
- (E) Balanço Geral da União.

45 O Balanço Patrimonial da Administração Pública possui uma característica fundamental, que é a apresentação do passivo, com especial destaque para as dívidas flutuantes e fundadas. As dívidas flutuantes constituem o(a):

- (A) passivo financeiro;
- (B) passivo patrimonial;
- (C) acréscimo patrimonial;

- (D) variação patrimonial passiva;
- (E) passivo compensado.

46 As contas de controle de convênios, contratos, suprimento de fundos e de avais e garantias dadas a terceiros são denominadas:

- (A) contas de compensação;
- (B) contas de contingências;
- (C) ativo compensado;
- (D) variação patrimonial ativa;
- (E) manutenção financeira em contas de resultado.

47 As classificações orçamentárias permitem a visualização da despesa sob diferentes enfoques e abordagens, conforme o ângulo que se pretenda analisar. Cada uma delas possui uma função ou finalidade específica e um objetivo original que justificam sua criação e podem ser associados a uma questão básica a que se procura responder. A classificação que responde à indagação “para que” os recursos são alocados é a:

- (A) Analítica;
- (B) por Estrutura Programática;
- (C) Institucional;
- (D) Econômica;
- (E) Funcional.

48 As despesas correntes passíveis de contingenciamento são denominadas:

- (A) não contingenciáveis;
- (B) de imposição;
- (C) obrigatórias por imposição legal;
- (D) obrigatórias de caráter continuado;
- (E) discricionárias.

49 O instrumento pelo qual a Unidade Orçamentária programa, no tempo, o pagamento das despesas autorizadas na Lei Orçamentária denomina-se:

- (A) plano de aplicação;
- (B) cronograma orçamentário;
- (C) cronograma de desembolso;
- (D) plano orçamentário;
- (E) programação de desembolso.

50 O recurso financeiro colocado pela Secretaria do Tesouro Nacional à disposição do órgão ou Ministério, através da Conta Única, para atender a necessidades financeiras do orçamento, denomina-se:

- (A) repasse;
- (B) destaque;
- (C) verba;
- (D) cota;
- (E) dotação.

51 Os créditos destinados a despesas, para as quais não haja dotação orçamentária específica, devendo ser autorizados por lei e abertos por decreto do Poder Executivo, denominam-se:

- (A) excepcionais;
- (B) não especificados;
- (C) suplementares;
- (D) extraordinários;
- (E) especiais.

52 A alteração de valor de qualquer elemento do patrimônio público, por alienação, aquisição ou dívida contraída, é denominada:

- (A) incorporação;
- (B) variação patrimonial;
- (C) desincorporação;
- (D) baixa;
- (E) mutação patrimonial.

53 No âmbito da tomada de decisão, quando o agente opta por uma determinada alternativa de alocação de recursos, ele rejeita a contribuição para a renda por não usar um recurso limitado na sua segunda melhor alternativa. O que foi rejeitado é designado por custo:

- (A) marginal;
- (B) perdido;
- (C) de oportunidade;
- (D) a recuperar;
- (E) alternativo.

54 Existem determinados gastos que contribuem para a formação do resultado em vários exercícios sociais, e são realizados por ocasião da implantação da empresa. Estes gastos são classificados no ativo permanente e são denominados por:

- (A) Diferido;
- (B) Desdobramentos;
- (C) Resultado de Exercícios Futuros;
- (D) Adiantamentos;
- (E) Antecipações.

55 Existe um importante indicador de lucro que evidencia a capacidade de geração de caixa de um negócio, a partir de suas atividades operacionais, que é denominado:

- (A) Lair;
- (B) Lalur;
- (C) Lajir;
- (D) Lajida;
- (E) LL.

56 O ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição denomina-se:

- (A) empenho;
- (B) guia de recolhimento;
- (C) precatório;
- (D) aviso de crédito;
- (E) ordem de pagamento.

57 Os créditos orçamentários destinados a pagamento dos proventos de aposentadoria e pensões dos servidores civis e militares da administração direta da União são denominados:

- (A) despesas de aposentadorias;
- (B) passivos previdenciários;
- (C) encargos de aposentadorias da União;
- (D) encargos sociais a recolher;
- (E) encargos previdenciários da União.

58 Os recursos recebidos pelos Estados, Distrito Federal ou Municípios, por sua participação na arrecadação nos tributos federais, constitui aquilo que se denomina:

- (A) transferência intergovernamental;
- (B) transferência intragovernamental;
- (C) fundo de participação;
- (D) conta única;
- (E) receitas compartilhadas.

59 A diferença entre o valor contábil e o valor de mercado de uma empresa constitui um ativo intangível conhecido por:

- (A) valor econômico adicionado;
- (B) valor de mercado adicionado;
- (C) Equity;
- (D) Goodwill;
- (E) Valuation.

60 O código utilizado no orçamento público para vincular as despesas com as receitas, com vistas a permitir identificar qual a origem dos recursos aplicados em determinadas finalidades ou qual o destino dado a determinada receita, denomina-se:

- (A) fonte de receita;
- (B) fonte de recursos orçamentária;
- (C) fita 50;
- (D) compartimentação;
- (E) partição.